

AS RESSONÂNCIAS DO NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DA ATUAÇÃO DO PNBE¹

Darlaine Pereira Bomfim das Mercês²

Bárbara Coelho Neves³

Este texto é parte de uma pesquisa de mestrado qualificada e em processo de escrita da dissertação discutindo as interferências do neoliberalismo nas Políticas Públicas Educacionais. Este recorte objetiva discutir as ressonâncias do neoliberalismo no PNBE, sendo esta uma política pública de incentivo à leitura. Para tanto, a perspectiva qualitativa é a abordagem que fundamenta este artigo de revisão de literatura, cuja natureza descritiva é realizada através da pesquisa documental e bibliográfica realizada a partir de levantamento não sistemático sobre o tema em fontes de informações secundárias, pondo, “[...] frente a frente os desejos do pesquisador e os autores envolvidos em seu horizonte de interesse” (NETO, 2001, p. 53).

O Estado corresponde ao conjunto da sociedade política, segundo Dias e Matos (2019), cujo objetivo é o bem comum, ou seja, um “conjunto de condições sociais que permitam e favoreçam nos seres humanos o desenvolvimento integral de todos os membros da comunidade” (DIAS; MATOS, 2019, p. 9). Neste sentido, embora não haja consenso sobre o conceito de políticas públicas, autores como Secchi (2010) e Dias e Matos (2019) colocam-as como a representação de decisões políticas para resolução de problemas públicos. No mesmo entendimento, Souza (2006) trata-as como ações governamentais que traduzem a plataforma proposta pelos governantes eleitos e, tais ações, estão cobertas pela autoridade pública (RUA, 1997).

¹ Trata-se de estudo ligado à linha de pesquisa Política e Gestão da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais na Universidade do Estado da Bahia. Integrante do LTI Digital. E-mail: darlainebomfim@gmail.com.

³ Doutora em Educação (UFBA). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA. Coordenadora do LTI Digital. E-mail: barbaran@ufba.br.

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Integrando as políticas públicas, as políticas sociais buscam a “preservação e elevação do estado de bem estar social” (CARVALHO, 2007, p. 75) e, como um eixo desta vertente, as políticas educacionais expressam “percepções, visões de mundo concernentes ao lugar e ao papel da educação na sociedade – seja do papel que tem como do que deveria ou poderia ter.” (FARENZENA, 2014, p. 54), contudo, as mudanças decorrentes da reforma educacional das últimas décadas limitaram-se ao campo da eficiência (ENGUIA, 2015).

Segundo Dourado (2007, p. 927), as políticas educacionais brasileiras “têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas”. Santos (2016) afirma que a política educacional é subalterna a economia e a política. Mas, em tempos neoliberais a política é subalterna ao mercado, ou seja, à economia. Valim (2018, p.29) alerta-nos que sob a égide neoliberal os governos, mesmo eleitos democraticamente, atendem “[...] as potências ocultas e politicamente irresponsáveis do capital financeiro.”, logo os governantes servem aos interesses do capital e não à população, sendo a política subalterna à economia. Assim, “a educação parece exercer um papel no mínimo limitado na eliminação ou diminuição das causas que produzem a exclusão social” (GENTILI, 2008, p. 71).

Segundo Farah (2001), o incentivo à leitura entrou na agenda das políticas públicas nos anos 1980 contando com enorme pressão dos organismos internacionais promovendo ajustes estruturais disfarçados, a priori, de orientação mesmo sendo uma condicionalidade à concessão de empréstimos (MELLO, 2012). Frigotto (2015) chama atenção que o mercado “é incapaz de democraticamente atender direitos como o da educação, saúde e habitação. Direitos não são mercantilizáveis. O desmonte do Estado nestas áreas significa desmonte de direitos” (FRIGOTTO, 2015, p. 80) em campos que o Estado deveria aumentar sua atuação. O neoliberalismo reformulou a concepção de qualidade educacional, fundamentando-a na ótica empresarial, de acordo com Enguita (2015, p. 105),

[...] O termo “qualidade” poderia abarcar não apenas as políticas educacionais que hoje ganham terreno, mas, igualmente, as dos anos 1960 e início dos anos 1970: [...] tratava-se de melhorar o sistema educacional, permitir que mais pessoas ascendessem ao ensino geral não especializado, etc. A “igualdade de oportunidades” era, por assim dizer, a síntese da igualdade (do ponto de partida) e a busca da qualidade (em torno da seleção, no ponto de chegada).

Programas organizadores



III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Mas, enquanto a palavra de ordem da “igualdade de oportunidades” coloca ênfase no comum, a da “qualidade” enfatiza diferença.

O acesso à educação de qualidade é um “direito inalienável que corresponde à cidadania, sem nenhum tipo de restrição ou segmentação de caráter mercantil.” (GENTILI, 2015, p. 172); assim, para garantir o direito ao acesso à leitura, em 1997, a Portaria Ministerial nº 584 instituiu o Programa Nacional Biblioteca da Escola-PNBE difundindo materiais distintos para vários sujeitos da Educação Básica e nos últimos anos integrou os Programas do Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Através do PNBE

[...] o Governo Federal vem distribuindo acervos, obras, coleções de livros de literatura e obras de referência, tanto para estudantes quanto para professores. No ano de 2004, inclusive, foram distribuídos acervos para 3659 municípios, com o objetivo de ampliar a atenção às comunidades. (BRASIL, 2008, p. 14)

Historicamente o Programa esteve atento às demandas da sociedade, para além da alternância no público-alvo dos materiais (pelas etapas de ensino) e pelo orçamento disponível, para alcançar seus objetivos foram criados subprogramas - como o Literatura em minha casa - evidenciando que embora houvessem alguns problemas (BRASIL, 2008) não estava completamente desconexo. Todavia, algumas disfunções que juntas evidenciam a atuação do neoliberalismo no Programa precisam ser discutidas e observadas ponderando a correlação para continuidade da ausência de efetivação do acesso dos estudantes aos materiais e à prática de leitura.

A ausência de ações em torno da formação de professores para incentivar os alunos na busca pelos materiais distribuídos pelo Programa se configura em uma das disfunções, afinal estes são os sujeitos que têm contato direto e rotineiro com os estudantes. Outro ponto são os exames de larga escala, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos-PISA, comparando estudantes de diversos países - cujos contextos educacionais e sociais são completamente distintos - sem a utilização dos resultados para promover a melhoria das políticas públicas já implementadas, mas contribui para outro problema: a individualização do fracasso teorizada por Gentili (1996). De maneira geral, os resultados de todos os exames e levantamentos realizados sobre a educação são divulgados amplamente culpando estudantes, professores, gestores e os pais/responsáveis pelos resultados medianos, mas o Estado é esquecido neste momento, sendo que cabe a ele, enquanto governo em exercício, atuar para regular os problemas públicos pelas políticas públicas.

Programas organizadores



III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Ainda nas disfunções, temos a ausência de infraestrutura como um problema histórico que o PNBE negligenciou a verificação da existência de espaço adequado para alocar os materiais distribuídos e a pressionar os estados para disponibilizarem a infraestrutura. Na mesma celeuma, tem-se a ausência de bibliotecários para atuarem neste equipamento auxiliando o uso dos materiais. A estas cinco constatações acrescentamos a lacuna no acesso dos estudantes aos materiais disponibilizados pelo Programa, pois eles não são estimulados a frequentarem a biblioteca escolar e, conseqüentemente, desconhecem o acervo que compõe o equipamento, segundo Mercês (2016).

Sobrepondo a distribuição de livros realizada no presente pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), outrora pelo PNBE, é necessário que as ações governamentais para educação tenham o fim de garantir a equidade e, desde a formulação, planejem como garantir a efetivação do acesso ao livro e à biblioteca escolar, pois o histórico da distribuição realizada pelo PNBE expõe que a maioria dos estudantes não acessam os materiais distribuídos pelas disfunções programadas, pois não há “funcionamento adequado às necessidades de professores e às demandas de alunos e para possibilitar acesso aos livros” (PAIVA; BERENBLUM, 2009, p. 181). Mesmo o Decretoº nº9.099/2017 agregando as atribuições do PNBE, ao centralizar a distribuição de livros da educação básica no “novo PNLD” algumas disfunções acima apresentadas seguimos sem vislumbrar o enfrentamento pois na formulação da política pública não há menção aos problemas supracitados

Logo, diante da atuação dos ideais neoliberais nas políticas públicas temos um horizonte de mais do mesmo, no qual o direito ao acesso a uma educação pública de qualidade é negado para a classe trabalhadora, pois as políticas públicas que deveriam assegurar a igualdade de oportunidades têm brechas permitindo o não funcionamento eficaz. No caso das políticas de incentivo à leitura, o acesso não é efetivado (MERCÊS, 2016), colaborando com o ideal neoliberal que reinventa a negação da intervenção do Estado para toda a população na busca pela equidade. Não obstante, sendo este o cenário, evidencia-se a necessidade de sermos radicais na crítica ao neoliberalismo, exibindo suas falhas programadas e responsabilizando o Estado por elas.

Programas organizadores



III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Neoliberalismo. PNBE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 9.099 de 18 de julho de 2017**. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>>. Acesso: 20 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE):** leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos. Elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. – Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000100010>.

Acesso em: 19 jun. 2020.

CARVALHO, Ailton M. de. Políticas sociais: afinal do que se trata? Agenda Social. **Revista do PPGPS**. UENF. Campos dos Goytacazes, v.1 , n.3, set-dez/2007, p. 73-86. Disponível em:

<http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/Agenda_Social_5075_1204236093.pdf>.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas:** princípios, propósitos e processos. 5ª Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2019.

DOURADO, Luis F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

ENGUITA, Mariano F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In:

Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas / Pablo A. A. Gentili. Tomas Tadeu da Silva (orgs). Petrópolis: Vozes, 2015.

FARENZENA, Nalu. Assistência da união na educação básica: referenciais de políticas de gestão em foco. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 51-67, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/56542>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: **Neoliberalismo, qualidade total e educação:** visões críticas. Pablo A. A. Gentili, Tomaz Tadeu da Silva (organizadores). 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GENTILI, Pablo A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: **Neoliberalismo, qualidade total e educação:** visões críticas. Pablo A. A. Gentili, Tomaz Tadeu da Silva (organizadores). 15ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomás T. da & GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.

MELLO, Hivy Damásio Araújo. **O Banco Mundial e a educação no Brasil:** convergências em torno de uma agenda global. 2012. Tese (Doutorado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280862>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

Programas organizadores



UNIOESTE
CAMPUS DE
CASCAVEL

PPGE
Programa de
Pós-Graduação
em Educação



Mestrado
em Educação
UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd
Programa de Pós-Graduação
em Educação

III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

MERCÊS, Darlaine Pereira Bomfim das. **A formação do sujeito leitor:** as Políticas Públicas de incentivo à leitura e a utilização da Biblioteca no Colégio Estadual Governador Roberto Santos. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação – Campus I. Salvador, 2016.

PAIVA, Jane; BERENBLUM, Andréa. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): uma avaliação diagnóstica. **Pro-Posições** [online]. 2009, vol.20, n.1, pp.173-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072009000100010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 jan. 2020.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas:** conceitos básicos. Textos elaborados para o Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília: ENAP/Ministério do Planejamento, 1997.

SANTOS, Pablo S. M. B. **Guia prático da política educacional no Brasil:** Ações, planos, programas e impactos. 2 ed revisada e ampliada. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 edição. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção:** a forma jurídica do neoliberalismo. 2ª Reimpressão. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

Programas organizadores

